



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

### Sub-eixo: Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais

# BREVES REFLEXÕES SOBRE O DESMONTE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL DE HOJE

RENATA DE OLIVEIRA CARDOSO<sup>1</sup>

KATTHELYN CRISTINA SANTOS DE ABREU<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo propõe uma análise do desmonte recente das políticas sociais a considerar o marco histórico do Golpe de 2016 e o balanço do orçamento público, nos períodos de 2019 a 2021. Tal proposta se estrutura à luz de um recorte racial e com enfoque na política da assistência social. O objetivo é o de contribuir com as problematizações sobre política social e população negra no Brasil.

**Palavras-chave:** Golpe de 2016, política social, neoliberalismo, racismo, população negra.

## RESUMEN

Este artículo propone un análisis del reciente desmantelamiento de las políticas sociales, considerando el hito histórico del Golpe De Estado de 2016 y el equilibrio del presupuesto público en los períodos de 2019 a 2021. Esta propuesta se estructura a la luz de una perspectiva racial y con un enfoque sobre las políticas de asistencia social. El objetivo de contribuir a las problematizaciones en torno de las políticas sociales y la población negra en Brasil.

**Palabras clave:** Golpe 2016, política social, neoliberalismo, racismo, población negra.

## INTRODUÇÃO

Desde a Abolição da Escravatura de 1888, no Brasil enfrentamos desafios de ordem política, econômica e social para construir, verdadeiramente, estratégias de reparação histórica

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

para com o povo negro, submetido há mais de três séculos de escravidão sem nenhum direito concreto concedido para que os afrodescendentes se estabelecessem na sociedade com acesso a direitos como educação, saúde, segurança, lazer, previdência, dentre outros.

Na atualidade, para pensarmos a situação do negro recorreremos primeiramente aos dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Aplicada – IBGE. Segundo o Censo de 2022, estimava-se que a população brasileira seria formada por aproximadamente 203.080.756 pessoas, sendo 55,5% dessa população autodeclaradas negras (cf. BELANDI; GOMES, 2023).

Os dados mostram ainda que negros e pardos têm maiores taxas de pobreza e desemprego, além de menor acesso à educação de qualidade e aos serviços de saúde. Essas desigualdades estruturais contribuem para a maior presença dessa população nas favelas. Historicamente, a formação das favelas está ligada ao processo de urbanização acelerada e à falta de políticas habitacionais adequadas para a população de baixa renda. A abolição não foi acompanhada de medidas eficazes de integração social e econômica dos ex-escravos, muitos dos quais, junto com seus descendentes, enfrentaram, segregação marginalização e violência.

Essas informações se confirmam em diversos veículos e não há como negar: os indicadores demonstram que as expressões da questão social são bem mais intensas e avassaladoras entre os(as) negros e nas favelas. Fome, desemprego, violência, pobreza são, sem dúvidas, agravadas nas periferias. Por isso, a política de assistência social torna-se importante nesses espaços e a relação entre assistência social e a população negra no Brasil é um tema de grande relevância.

Considerando o histórico de desigualdade racial e socioeconômica no país, a assistência social é uma política pública fundamental para a garantia de direitos, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como a população negra.

## **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SEU RECORTE RACIAL**

Na Constituição Federal de 1988 a política de Assistência Social passa a ser considerada responsabilidade do Estado e direito do cidadão, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente à Saúde e à Previdência Social, como política não contributiva e direito de todos os cidadãos. Hoje, a política de assistência social constitui um conjunto de medidas de proteção social que visa ao combate às desigualdades sociais através da garantia dos meios de subsistência à população por meio de iniciativas assistenciais. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS),



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social, tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos; isto implica em um incremento das capacidades de famílias e indivíduos (BRASIL. PNAS, 2004, p. 14 -15).

A análise histórica da formação do aparato estatal orientado à assistência demonstra que essa política social sempre foi entendida como uma forma de ajuda impregnada pelos valores da filantropia e da caridade àqueles sem condições próprias de proverem as suas vidas. Tais valores, em maior ou menor medida, materializaram a assistência social como uma prática de caráter tutelar, que incorporou, no âmbito do Estado, a participação de numerosas organizações de cunho privado, filantrópico e religioso por meio do financiamento das suas ações pelo fundo público.

Contudo, a possibilidade de ruptura com o conservadorismo e o reconhecimento da centralidade do Estado para a realização de ações no campo da assistência social trouxeram novas contradições e tensões ao exercício desse direito: inaugurou a possibilidade de transmutar a forma da oferta dos serviços – agora como direito social e responsabilidade do Estado –, ao mesmo tempo em que contemplou o convívio dual entre o público e o privado. Tal convívio legitimou-se pela regulamentação da supervisão estatal às iniciativas privadas que realizam ações socioassistenciais. Essas ações constituem outras das tantas formas de captura de parcela do fundo público por entidades privadas.

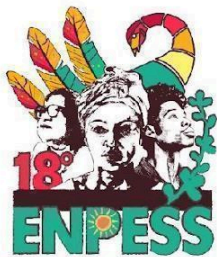
Isto porque no ideário neoliberal de “Estado mínimo” ampliou-se, entre o campo estatal e o mercado, o espaço para as instituições privadas de assistência social ligadas ao grande capital e “sem fins lucrativos”. Estas desenvolvem política própria para captação de financiamento público e isenções fiscais e disputam parcelas do fundo público para aumentar a sua lucratividade.

Assim, apesar dos avanços legais instaurados no âmbito da assistência durante a década de 1990, essa política social manteve seu caráter focalizado e tutelar; e prestou-se também a regulamentar a destinação do fundo público aos capitais.

Apesar disso, os anos 2000 marcam uma transformação da política da assistência social no Brasil, que na onda da chamada Maré Rosa<sup>3</sup>(PANIZZA, 2006), modificou a forma de

---

<sup>3</sup> Como foi chamada a ascensão ao poder das coalizões de esquerda ou centro-esquerda na América Latina.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

interferência no território nacional. Vejamos:

Essas mudanças se iniciaram em 2004, com a aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e sua operacionalização por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, que dotaram a AS de um novo sentido. Soma-se a isso a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004, responsável por integrar ações, serviços, benefícios socioassistenciais e ações de segurança alimentar e nutricional, antes dispersos em diferentes ministérios. Do ponto de vista da AS, o antigo modelo assistencialista e municipalista (praticado em grande parte do território brasileiro) cedeu espaço para a configuração em Sistema Orgânico, em que a articulação entre as três esferas de governo, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), constituiu-se como um elemento fundamental para a gestão e implementação (PAPI *et al.* pg. 200, 2024)

Tais transformações se processaram no contexto de profunda integração do Brasil ao circuito de valorização das finanças e sem enfrentamentos estruturais à questão racial no território, o que se explica nas análises do recorte racial da política de assistência social, a partir de alguns de seus benefícios, especialmente o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

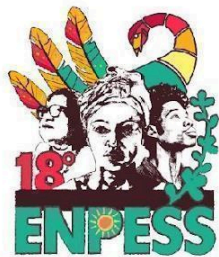
O Programa Bolsa Família, instituído em outubro de 2003<sup>4</sup>, unificou, através do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), os programas de transferência de renda condicionada até então existentes no Brasil, a saber: Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás. Por programas de transferência de renda condicionada entende-se as transferências monetárias destinadas aos mais pobres, desde que os beneficiários cumpram determinados critérios especificados previamente. No caso do Brasil, o programa possui como público-alvo as famílias pobres com crianças e/ou adolescentes em idade escolar, gestante ou nutrízes, considerando-se o perfil e a renda familiar mensal, e as suas condicionalidades concentram-se nas áreas de saúde e educação<sup>5</sup>.

Os dados específicos sobre o número de pessoas negras atendidas pelo Bolsa Família podem variar e depender das fontes disponíveis e das atualizações realizadas pelo governo. No entanto, é possível fornecer uma visão geral baseada em informações amplamente divulgadas.

Segundo dados do Ministério da Cidadania, aproximadamente 75% dos beneficiários do Bolsa Família são negros ou pardos e se concentra nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde há um maior percentual de pessoas negras e pardas, e uma grande proporção de beneficiários

<sup>4</sup> Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.386/2004.

<sup>5</sup> As condicionalidades são: "i) educação – frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; e ii) saúde – acompanhamento do calendário vacinal para crianças de até 6 anos; pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos" (NERI, 2013, p. 129).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

do Bolsa Família. Segundos o IBGE (2019), aproximadamente 73% da população da Região Norte se autodeclara preta ou parda e cerca de 76% da população da Região Nordeste faz o mesmo. Assumindo que a proporção de beneficiários negros é semelhante à da população geral teríamos 2,48 milhões de famílias beneficiárias na Região Norte e 7,45 milhões de famílias no Nordeste.

Esses percentuais refletem a composição racial histórica dessas regiões, onde houve uma significativa concentração de negros escravizados e seus descendentes, o que significa dizer que a presença majoritária de pessoas negras nessas regiões está ligada a fatores históricos, econômicos e sociais que continuam a influenciar a demografia atual e indicam a necessidade de realização de políticas sociais com recorte racial.

O outro programa da política social ressaltado nesta breve análise é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário-mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência de qualquer idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A população negra (pretos e pardos) constitui uma parcela significativa dos beneficiários do BPC, dado que enfrentam maiores desafios socioeconômicos e uma prevalência mais alta de condições que podem levar à elegibilidade para o benefício.

Embora os dados específicos sobre o número exato de beneficiários negros do BPC não sejam frequentemente detalhados em relatórios públicos, para realizar o debate com seriedade devemos considerar que a população negra tem uma maior incidência de pobreza extrema, o que aumenta a probabilidade de necessidade de benefícios como o BPC.

Além disso, a prevalência de condições que levam à deficiência e a proporção de idosos na população negra é alta devido a fatores socioeconômicos e de saúde pública. Assim, assumindo que a proporção de beneficiários negros do BPC é similar à proporção de negros na população geral, estima-se que cerca de 2,6 milhões de beneficiários do BPC seriam negros (pretos e pardos).

Essas estimativas revelam que é preciso enfrentar o racismo estrutural<sup>6</sup> e pensar ações específicas para tirar as pessoas negras da pobreza – a incluir formas concretas de reparação histórica dos males causados pela escravidão, pois os benefícios da assistência social mantêm a questão do racismo no campo paliativo das ações estatais.

---

<sup>6</sup> Racismo estrutural, segundo Silvio Almeida, é uma consequência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional (cf. ALMEIDA, 2019).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## O ATUAL DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS (E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL) NO BRASIL NÃO DEIXOU ILESO O POVO PRETO

No Brasil, entre 2003 e 2016 tivemos diversos avanços e retrocessos no campo das políticas públicas que se justificam, em grande medida, a partir de um crescimento econômico pautado no aquecimento do mercado interno, que possibilitou maior participação da população no ciclo de consumo de bens e serviços, ou seja, no processo de rotação do capital.

Esse modelo de desenvolvimento econômico não foi linear. A partir de 2003 tivemos o início do que foi chamado de o *boom* das *commodities* o que gerou um aumento expressivo da arrecadação fiscal e possibilitou uma ampliação do investimento público (cf. CARDOSO, 2021, p. 42-43).

Esse investimento se deu pela valorização continuada do salário-mínimo; pela geração de empregos (o número de brasileiros com emprego de carteira assinada aumentou em 67,5% de 2002 a 2015)<sup>7</sup>; pela ampliação do acesso ao crédito; e políticas sociais e programas de transferência monetária com objetivo principal de enfrentamento da extrema pobreza no Brasil.

Contudo, as ações citadas acima se inseriram no contexto do desenvolvimento do capitalismo com primazia da valorização do capital financeiro, tendo como referência uma dinâmica de dependência entre capital e Estado. Ou seja, todas as estratégias econômicas que o Estado utilizou para alavancar a economia brasileira foram realizadas também de forma a beneficiar os bancos e fortalecer a própria acumulação do capital. Por exemplo, com o aumento do acesso ao crédito, aumentou-se, conseqüentemente, o endividamento dos trabalhadores e, com isso, a arrecadação dos bancos por meio das elevadas taxas de juros (cf. CARDOSO, 2021).

Além disso, as políticas sociais desse período possuíram um caráter monetarizado e financeirizado, isto é, elas objetivavam também a transferência de valores diretos ao capital financeiro, ao mesmo tempo que colocavam o fundo público à disposição do processo de valorização do capital. Convém destacar que:

Por monetarização entende-se o processo de repasse de recursos tanto aos beneficiários quanto aos prestadores de serviços, em detrimento da prestação de serviços diretamente pelo Estado. Já por financeirização, entende-se o fato de esses recursos servirem à remuneração do capital portador de juros, visto que são operados por instituições bancário-financeiras. Isso quer dizer que o Estado paga ao capital

<sup>7</sup> Confira em: <<https://pt.org.br/em-cinco-anos-golpe-de-2016-fez-desemprego-aumentar-70/>>. Acesso em: jun. 2024.

bancário pela instrumentalização monetária desses programas, e isso alimenta e mantém a elite rentista. (CARDOSO, 2021, p. 26).

Apesar dessas características, as iniciativas do governo tiveram alcance e alguns resultados devem ser considerados, a exemplo das contribuições para a retirada do Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014, bem como a retirada de mais de 22 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Ainda em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita em um contexto de disputa política acirrada e com um resultado apertado contra o candidato do PSDB, Aécio Neves. Este, ao ser derrotado, através do seu partido, denunciou ao Tribunal Superior Eleitoral a ocorrência de fraude nas eleições presidenciais, sem nenhuma comprovação, solicitando a recontagem de votos. Além disso, entrou com pedido de cassação da chapa e iniciou uma articulação pelo impeachment da presidenta, consumado através de um o Golpe parlamentar, empresarial, midiático e judiciário, em 31 de agosto de 2016.

Parlamentar, porque esse processo aconteceu com o apoio do Congresso, que encaminhou e votou a proposta do impeachment. Empresarial, porque as grandes corporações financiaram diversas manifestações contra a presidenta Dilma e a favor do golpe. Midiático, pois os grandes meios de comunicação enfatizavam a todo momento a “fragilidade” da Dilma, assim como cobriram somente as manifestações com pautas favoráveis ao impeachment, suprimindo informações a respeito de qualquer ato público a favor do governo. E judiciário, a considerar que o STF, em parte, corroborou a legalidade do golpe que acontecia. Assim, o Golpe de 2016 significou um retrocesso na democracia brasileira, pois destituiu uma presidenta eleita democraticamente sob acusações falsas e tendenciosas sobre improbidade administrativa e “pedaladas fiscais”.

Com a instauração do golpe, foram interrompidos o governo da presidenta Dilma Rousseff e os 15 anos do Partido dos Trabalhadores no poder executivo federal. Michel Temer, ao assumir ilegítimamente a presidência do país, deixou explícito o seu objetivo e se colocou exclusivamente a serviço do capital, ao realizar o projeto ultraneoliberal de desmonte abrupto das políticas sociais.

Antes disso, um desmonte ocorria de forma gradativa e até velada, como bem analisou Laura Carvalho (2019), através de uma analogia dos governos petistas com a dança da valsa, “um passo para trás, um para o lado e um para frente”. Queremos dizer com isso que os governos petistas cederam a vários interesses do capital, retrocedendo em relação às políticas sociais, para só assim, depois, avançar timidamente, de acordo com a nossa interpretação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Porém, os efeitos causados pelo governo Temer foram múltiplos, principalmente no que diz respeito aos direitos da classe trabalhadora. O documento “Ponte para o Futuro”, que pautou a atuação do ilegítimo Michel Temer, reafirmou a defesa do Estado mínimo e do neoliberalismo no Brasil, a partir de um discurso elaborado para salvaguardar o dinamismo e a lucratividade do capital.

Naquilo que diz respeito a aplicação da plataforma neoliberal, Pierre Salama destaca que o neoliberalismo trouxe consequências em quase todos os países em se processou, sobretudo na América Latina. Segundo ele, a atuação dos governos neoliberais trouxe como resultado a ampliação das diferenças sociais e a quebra do aparato industrial (cf. SALAMA, 1995, p. 51).

Nesse sentido, para Perry Anderson o neoliberalismo foi vitorioso e “alcançou muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais” (ANDERSON, 1991, pg.12). Para tanto, disseminou seus princípios como se não houvesse alternativas e conquistou hegemonia para elaboração das suas receitas.

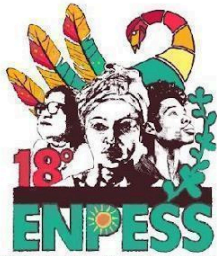
Foi na esteira desse processo que o Governo Temer, no “Ponte para o Futuro”, sustentou seu o compromisso com a agenda neoliberal e a potencializou. De forma geral a agenda propôs:

- 1) a desindexação geral;
- 2) a desvinculação orçamentária, especialmente das despesas com educação e saúde, e redução do gasto público;
- 3) a privatização, a descentralização e as parcerias público-privadas amplas;
- 4) a abertura da economia, inclusive com o fim do conteúdo local ou nacional;
- 5) a reforma trabalhista com livre negociação, incluindo a prevalência do negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, a terceirização e a pejotização;
- 6) a nova reforma da Previdência, com aumento da idade mínima, unificação de regimes previdenciários e desvinculação do salário-mínimo como piso de benefício previdenciário, entre outros. (QUEIROZ, 2017).

O programa executado pelo governo Temer estava nitidamente a serviço do capital. Seu cumprimento atacou de forma direta as camadas mais pobres da população brasileira, pois pautou cortes de valores de investimentos em políticas sociais e disponibilizou serviços e orçamento do Estado às iniciativas privadas. Vale ressaltar que o mercado, com o apoio da grande mídia, fortaleceu e unificou as bases parlamentares para garantir que essa agenda fosse efetivada.

Michel Temer teve exatos dois anos para cumprir a sua agenda (ultra)neoliberal e atender aos interesses exclusivos do capital. Ele se apressou em implementar seu compromisso e foi nesse contexto que inviabilizou o atendimento de forma efetiva às demandas da população, fragilizando os direitos sociais como um todo.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Segundo os dados do IBGE (2018), nesse período, o número de pessoas vivendo na pobreza, no Brasil, saltou de 52,8 milhões para 54,8 milhões em 2017, ou seja, o percentual da população em situação de pobreza aumentou 3,8% em relação ao ano de 2016. Os dados do IBGE (2017) também mostraram um crescimento exponencial do desemprego, que chegou a 14 milhões em abril desse mesmo ano. Já o relatório dos estudos da Agenda 2030, que visa ao monitoramento e ao cumprimento de planos de ações com objetivos de desenvolvimento sustentável, mostrou que o Brasil retornou ao Mapa Mundial da Fome, segundo os parâmetros da ONU, no ano de 2018 (cf. GAMEIRO, 2021).

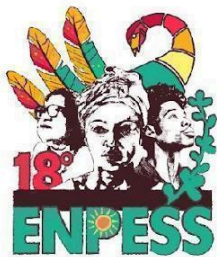
A falta de comprometimento do Governo Federal durante a gestão Temer não se trata de um problema de “falha de execução”, incompetência ou algo similar. Na verdade, ela deve ser entendida como um projeto.

Como já mencionamos anteriormente, a precarização das políticas sociais está na sua agenda de atuação e em consonância com os interesses do mercado. Trata-se de tentativas de desmontá-las o que impacta a política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social, desassistindo a população usuária dessas políticas, que é majoritariamente a população negra e favelada, como sinalizados.

Em dois anos Michel Temer cumpriu a sua “agenda”. Atacou de forma direta a classe trabalhadora, através das Reformas da Previdência e Trabalhista; atacou a educação ao encaminhar a Reforma do Ensino Médio (NEM - Novo Ensino Médio); e, finalmente, atacou a saúde e outras políticas públicas ao aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do “congelamento dos gastos” (conhecida como a PEC do “teto de gastos” ou do “fim do mundo”), que propôs um congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos.

A Proposta se configurou, ao fim das votações no Congresso, em 15 de dezembro de 2016, na Emenda Constitucional nº 95 que congelou os gastos relacionados às despesas primárias, enquanto as despesas financeiras, referentes aos gastos com juros do sistema público, não foram afetadas. Esse procedimento impacta diretamente os gastos públicos, uma vez que as despesas financeiras são mais elevadas do que as despesas primárias (cf. CARDOSO e BRITO, 2019).

Naquilo que diz respeito à assistência social, a Confederação Nacional dos Municípios explanou, em levantamento realizado entre os anos 2016 e 2017, que houve um corte de mais de 471 milhões de reais, valor que deveria ser repassado para os municípios investirem na política de assistência social. Isso significa dizer que os municípios receberam 19% a menos durante esse período, em comparação com o período anterior. Já os recursos destinados à Proteção



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social Básica, que se expressa na prestação de serviços do Centro de Referência de Assistência Social, tiveram um corte de 227 milhões de reais, ou seja, 15% a menos no valor de seu investimento (CMN, 2017).

Ainda nesse período, tivemos um corte de 112,8 milhões de reais, perda de 23% para a Proteção Social Especial de Média Complexidade. No investimento à Proteção Social Especial de Alta Complexidade houve uma perda de 24%, o que significou 69,2 milhões de reais a menos nos repasses (CMN, 2017).

Além disso, o governo federal anunciou um corte do Bolsa Família e o cancelamento de recursos do Benefício de Prestação Continuada, sob a alegação da necessidade de cumprir meta prevista no ajuste fiscal. Suspendeu também o reajuste que estava previsto de 4,6% para o valor do Bolsa Família (ESTADÃO, 2017).

Com o Partido dos Trabalhadores com altos índices de impopularidade, a retomada do conservadorismo ao cenário político brasileiro com ideais neofascistas e o neoliberalismo fortalecido, nas eleições de 2018, a mídia, o parlamento, o judiciário e, sobretudo, o mercado precisavam de um representante que desse continuidade e aprofundasse essa agenda neoliberal. Precisava de um “fante” na presidência para legitimar a barbárie capitalista. Foi assim que Jair Messias Bolsonaro se elegeu.

Com Bolsonaro, a população experienciou mais quatro anos de retrocessos e ataques a tudo o que era público. Podemos observar o que significou esse governo através do Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental<sup>8</sup>, elaborado em dezembro de 2022 para pensar estratégias de atuação para o Presidente Lula, eleito no mesmo ano na produção do documento.

Em relação ao desenvolvimento social, esse documento expôs um quadro dramático, ao concluir que tivemos o pior índice em 14 anos. Por exemplo, a hospitalização de crianças por carência alimentar teve um aumento expressivo de 11%. Junto a esse triste dado, tivemos como resultado a desassistência a mais da metade da população brasileira, que passou a viver com algum tipo de insegurança alimentar.

O Brasil bateu recorde nos números apurados de casos de feminicídio, com 700 ocorrências em apenas 6 meses. Além disso, em 2020 o país teve um aumento de 41% de mortes de pessoas trans em relação ao ano de 2019, com 175 travestis e mulheres trans assassinadas.

<sup>8</sup> Equipe de organização e redação do Relatório Final: Bruno Moretti, Clarice Costa Calixto, Cristian Jesus da Silva, Fernanda Machiaveli, Janira Trípodis Borja, José Celso Pereira Cardoso Jr, Marco Antonio de Oliveira, Marcos Rogério de Souza, Pedro Mäder G. Coutinho, Rubens Diniz, Tania Maria de Oliveira, William Nozaki (org). Disponível em: <<https://gabinetedatransicao.com.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-final-da-transicao-de-governo.pdf>> Acesso em: jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Bolsonaro demonstrou, em diversas situações e ações políticas, como a nomeação do ministro Ricardo Salles, que não tinha interesse algum na defesa do meio ambiente. Como resultado, entre os anos 2019 e 2022 o índice de desmatamento na Amazônia aumentou em 59%. Em janeiro de 2023, a tragédia envolvendo os povos Yanomami, em Roraima, revelou mais uma das faces criminosas desse governo, com o apoio expresso ao garimpo ilegal que destruiu e poluiu extensas áreas dessa reserva indígena (BITTENCOURT, 2023).

O orçamento do governo para a educação não acompanhou as mudanças necessárias para a oferta do ensino público e de qualidade durante a pandemia. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), que foi realizada em 2020, mostrou que 6,4 milhões – que, expresso percentualmente, corresponde a 13,9% de estudantes da educação básica – não tiveram acesso às atividades escolares.

Um dado importante de frisar é o perfil desses estudantes que ficaram desassistidos durante a pandemia: em sua maioria (4,3 milhões) eram negros e indígenas, mostrando mais uma vez a existência e persistência do racismo estrutural, uma vez que se criaram condições sociais para que sistemicamente grupos racialmente identificados fossem discriminados.

Outro desmonte que deve ser citado ocorreu com a Política de Promoção da Igualdade Racial. Esta vinha desde 2015 sofrendo cortes orçamentários, mas foi a partir de 2019 que ela foi totalmente desmontada, ao ser excluída do Plano Plurianual 2020-2023 (cf. INESC, 2021). A afirmação do racismo por parte desse governo fez, por exemplo, com que comunidades quilombolas obtivessem um grau ainda maior de vulnerabilidade social. (*Idem, ibidem*).

No ensino superior, entre 2019 e 2021 tivemos uma perda de 6 bilhões de reais na execução financeira. Essa perda se repetiu nos anos seguintes, pois no final do governo, ao fazer a análise entre os anos 2019 e 2022, a queda orçamentária alcançou 7 bilhões, o que “botou em xeque” o funcionamento das Universidades públicas em todo o Brasil. (cf. INESC, 2021).

Vale mencionar que em março de 2020 passamos a conviver com a pandemia de Covid-19. Inicialmente, não se tinha muitas informações a respeito do vírus; o que tínhamos era um cenário de acelerada contaminação e mortes pela doença. Como a contaminação do vírus se dava por vias respiratórias, o que se colocava era a urgente necessidade de isolamento social, com o objetivo de frear o contágio.

Segundo as orientações da OMS – Organização Mundial da Saúde, o isolamento social e a higienização das mãos eram medidas efetivas contra a disseminação do vírus da Covid-19. Como colocar em prática essas recomendações num país com mais de 33 milhões de

brasileiros sem acesso à água encanada, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2018?<sup>9</sup>

Os dados do Ministério da Saúde, de março de 2023, mostraram que o Brasil registrou 700 mil mortes pela Covid-19. Este alto número de óbitos também foi consequência da postura de negação da pandemia por parte do Bolsonaro, que dificultou a atuação dos profissionais da saúde que estavam na linha de frente no combate ao vírus.

Em reportagem publicada pela BBC NEWS BRASIL 2020, foram mostrados os resultados de um estudo feito pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde se confirmou a maior letalidade (54,8%) nas internações por infecção de Covid em pessoas negras de todas as faixas etárias, enquanto entre as pessoas brancas essa taxa foi de 37,9%. Ainda nessa publicação, houve a abordagem sobre os possíveis determinantes para explicar essa diferença entre as taxas. Pontuou-se também questões de acesso aos serviços de saúde, dando destaque a maior concentração da população negra nas regiões mais periféricas e faveladas, o que impôs como necessidade o deslocamento dessas pessoas para as regiões onde há uma maior oferta desses serviços, que são geralmente as áreas mais centrais da cidade.

Outra razão para a diferença apontada diz respeito às condições de moradia nas periferias, pois em muitos casos há um maior número de pessoas residindo no mesmo espaço físico, impossibilitando um isolamento social efetivo e ocasionando numa maior disseminação do vírus. O estudo apresentou ainda a realidade precarizada vivida nesses espaços, como na falta de acesso à água potável e ao saneamento básico, e por último, abordou a impossibilidade dos trabalhadores informais moradores das favelas de realizarem *home office* para complementarem a renda, uma vez que o auxílio emergencial do governo, por si só, não foi capaz de suprir as suas necessidades básicas (cf. GRAGNANI, 2020).

## CONCLUSÃO

Desde o Golpe de 2016 o Brasil experimenta um significativo processo de desmonte das políticas sociais que aponta e reforça o racismo estrutural que não quer ser admitido enquanto tal. Da mesma forma, o orçamento público disponibilizado para o período 2019– 2021, como demonstrado acima, não foi o suficiente para ampliar o investimento nas políticas de assistência

---

<sup>9</sup> Confira em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-03/saneamento-basico>>. Acesso em: jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social numa conjuntura de pandemia, na qual essas políticas necessitavam de uma maior atenção para atender de forma efetiva as demandas da população, em especial a população negra, sua maior usuária.

Como sabemos, a crise sanitária se processou no contexto de decadência econômica social, provocada pela expansão desenfreada e predatória do capital, realizada através de políticas ultraneoliberais que desestruturaram o sistema de Seguridade Social, em especial o da Assistência Social.

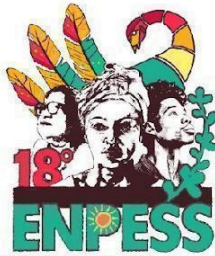
Para elucidar nossa afirmação, lembramos que o programa Bolsa Família teve seus recursos congelados desde o golpe de 2016 e em dezembro de 2019 foi publicada pelo Ministério da Cidadania a portaria nº 2.362, que deliberou cortes de verbas destinados aos serviços da Assistência Social no país e implicou a redução de 30% a 40% a menos de recursos para a política. Essa movimentação refletiu direta e indiretamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS's) que prestam serviços de garantia de acesso às famílias e indivíduos que possuem direito aos programas da Assistência.

Além disso, na segunda metade dos anos 2000, sob o falso argumento de encerrar benefícios considerados “ineficientes”, o Governo Bolsonaro extinguiu o Programa Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil. Tal Auxílio desconsiderou uma parte das condicionalidades do Programa; inferiu na quantidade mensal de repasses e na durabilidade do mesmo, uma vez que teve vigência temporária até o final de 2022.

Assim, percebemos que inúmeros ataques foram implementados na rede de proteção dos serviços do SUAS, a incluir as tentativas de encerrar com o Benefício de Prestação Continuada por meio de emendas constitucionais privatizantes e outras iniciativas legais, tanto por Temer quanto por Bolsonaro.

A urgência em barrar as tentativas de privatização do que é público não se interrompeu com o fim dos governos Temer e Bolsonaro. O ideário neoliberal segue estruturado, influenciando, em todos os níveis de poder político e econômico, os rumos das políticas públicas na sociedade brasileira.

Por isso, tendo em vista todo esse cenário, enfatizamos a necessidade urgente de articulação para o seu enfrentamento. É preciso fortalecer os movimentos de trabalhadores/as, movimento estudantil, negro, quilombola, indígena, feminista, o movimento dos trabalhadores sem-terra, o movimento dos trabalhadores sem teto e de outros movimentos sociais para que possamos lutar e resistir aos crescentes ataques.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDERSON, Perry. Balaço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE Notícias**, 22/12/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> Acesso em: jun.2024.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília-DF, 2004.

CARDOSO, Renata Oliveira. **No olho do furacão**: as políticas sociais nos governos petistas (de 2003 a 2016). Campinas/SP: Ed. Saberes e Práticas, 2021.

\_\_\_\_\_.; BRITO, Felipe. Nas trilhas do golpe: notas sobre a devastação como tecnologia de governo. **Blog da Boitempo**, 2019. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/01/nas-trilhas-do-golpe-notas-sobre-a-devastacao-como-tecnologia-de-governo/#comments>>. Acesso em: jun. 2024.

CARRANÇA, Thais. Com Bolsa Família 'turbinado', número de negros na pobreza ainda é o triplo de brancos. **BBC News Brasil**, 23 outubro 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn036x357eyo>. Acesso em: jul.2024

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos. São Paulo: Todavia, 2018.

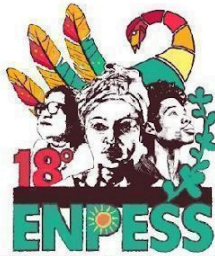
ESTADÃO. Temer cancela aumento do Bolsa Família. **Exame**, 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/temer-cancela-aumento-do-bolsa-familia-diz-jornal/> Acesso: jun. 2024.

GAMEIRO, Nathália. População em situação de rua aumentou durante a pandemia. **Portal FIOCRUZ**, jun de 2021(a). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-pandemia> Acesso em: jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Brasil não avançou nas metas da Agenda 2030, aponta relatório. **Portal FIOCRUZ**, Jul de 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-nao-avancou-nas-metas-da-agenda-2030-aponta-relatorio> Acesso em: jun. 2024.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo? **BBC News Brasil**, 12/07/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> Acesso em: jun. 2024

IBGE. Desemprego atinge 14 milhões de pessoas em abril. **Instituto Brasileiro de**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Geografia e Estatística**, 2017. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10000-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-em-abril> Acesso em: jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>

Acesso em: jun. 2024.

INESC. A conta do desmonte. Balanço do Orçamento Geral da União 2021. **Instituto de Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf> Acesso em: jun. 2023.

MELITO, Leandro; MIRANDA, Eduardo. Nas favelas, 41% das famílias não conseguiram auxílio emergencial, diz pesquisa. Levantamento do Instituto Data Favela mostra que desemprego entre moradores da favela é o dobro do asfalto. **Brasil de Fato**, 29/06/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/29/nas-favelas-41-das-familias-nao-conseguiram-auxilio-emergencial-diz-pesquisa> Acesso em: nov. 2022.

NERI, Marcelo Côrtes. Sistema de pagamento subnacionais baseados no Bolsa Família. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 125-136.

NERI, Marcelo Côrtes [et al]. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 193-206.

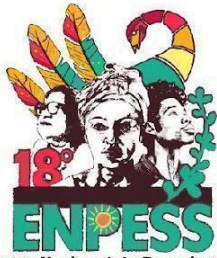
PANIZZA, Francisco. “La Marea Rosa”. **Análise de Conjuntura OPISA 8**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

PAPI, Luciana. *et all*. Mudança ou Desmonte Em Políticas Sociais? Efeitos do Governo Bolsonaro Nas Áreas de Direitos Humanos e Assistência Social. In: **As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação**. Porto Alegre : Jacarta Producoes, 2024.

QUEIROZ, A. A. de. O desmonte do Estado de proteção social. **Le Monde Diplomatique** (Brasil), ano 10, n. 117, p. 4-5, abr. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-desmonte-do-estado-de-protecao-social/> Acesso em: jun. 2024.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 51-53.

SCHUQUEL, Thayná. Balanço do Orçamento 2019-2021 revela desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 11/04/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/11/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[desmonte-de-politicas-publicas-no-governo-bolsonaro](#). Acesso em: jul.2024

SOBRINHO, Jodeyson e VEIGA, Gabriel. **O desfinanciamento da Política de Assistência Social no (des)governo Bolsonaro**. In: 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social “*A política social na crise sanitária revelando outras crises*”. n. 1. 2023. Espírito Santo. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41346>. Acesso em jul..2024.